



Brasil: Um País Desigual

*Aurea Conceição Bastos Donato Macedo¹; Maria Lenice Batista Pinheiro²;
Athena de Albuquerque Farias³*

Resumo: Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a desigualdade no Brasil está intimamente relacionada com a pobreza, mormente em razão da considerável diferença na distribuição de renda no país. Nesse sentido, mesmo que o Brasil detenha grande crescimento econômico, isso não irá melhorar a condição social do país, sem um enfrentamento mais efetivo que leve em conta uma distribuição mais justa de renda. Esta realidade, que foi, histórica e culturalmente constituída, precisa com urgência elaborar políticas públicas estruturantes, capazes de atuar de forma articulada, ampliando o acesso dos cidadãos aos direitos legalmente postos, que possam proporcionar uma mais adequada qualidade de vida.

Palavras-chave: Desigualdade social; Qualidade de vida; políticas públicas.

Brazil: An Unequal Country

Abstract: According to the Institute for Applied Economic Research (IPEA) and the National Household Sample Survey (PNAD), inequality in Brazil is closely related to poverty, mainly because of the importance of the difference in income distribution in the country. In this sense, even if Brazil has great economic growth, this will not improve the social condition of the country, without a more effective confrontation that takes into account a fairer distribution of income. This reality, which has been historically and culturally fulfilled, urgently needs to develop structuring public policies, capable of acting in an articulated manner, expanding citizens' access to legally established rights, which can provide a more adequate quality of life.

Keywords: Social inequality; Quality of life; Public policy.

¹Graduação em Geografia e Especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri – URCA. aureadonato08@gmail.com

²Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; Pós-Graduada em Metodologia de Ensino - Faculdade São Francisco da Paraíba - FASP; Bacharel em Serviço Social pela UNOPAR; Pós-Graduada em Saúde Mental e Atendimento Psicossocial pela Faculdade de Ciências Administrativas e Tecnologia - FATEC. Aluna Especial do Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino pela - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. marialenicebatistacz@gmail.com;

³Advogada formada pelo Centro Universitário dos Guararapes – UNIFG. Especialista em Direito Processual do Trabalho pela Faculdades Integradas de Cruzeiro - SP. Mestrado em Sustainable Development pela Università degli Studi di Milano, Milão, Itália. athena.farias@gmail.com.

Introdução

Recentemente, o Brasil presenciou uma inédita queda da desigualdade social, mas, mesmo assim, ainda figura como um dos países mais desiguais do mundo (CAMPELLO ET AL, 2018). Nesse cenário, a pequena abrangência da proteção social conferida pelo país, trata-se de um reflexo da desigualdade, e tem ensejado a desagregação e existência de situações de vulnerabilidades concretas.

Segundo pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a desigualdade no Brasil está intimamente relacionada com a pobreza⁴, mormente em razão a considerável diferença na distribuição de renda no país. Nesse sentido, mesmo que o Brasil detenha grande crescimento econômico, isso não irá melhorar a condição social do país, uma vez que, antes de tudo, é preciso enfrentar as desigualdades existentes, pois se não houve uma melhor distribuição da renda, ele continuará sendo pobre⁵ (GODINHO, 2011).

Consiste em fenômeno inerente a todo tipo de país, seja ele ricos ou pobres, grandes ou não, velhos ou novos. Pode se expressar de formas diferentes a depender da história da nação. No caso do Brasil, país que é novo em todos os sentidos, até em sua maturidade em relação as políticas públicas de atendimento aos direitos básicos dos cidadãos, se expressa com uma estrutura social fragilizada, repleta de desigualdades que impedem que o sujeito obtenha o mínimo necessário para sobreviver, para suprir suas necessidades básicas (GODINHO, 2011).

Sendo assim, um grande quantitativo de indivíduos é tem seus direitos básicos cerceados pela desigualdade social. A mensuração desse fator social de concentração de renda é realizada pelo coeficiente Gini⁶, que se trata de índice que aponta a diferença existente entre

⁴ Sobre esse aspecto, dados coletados pelo IPEA tem indicam que o grau de pobreza no Brasil é “*significativamente superior à média dos países com renda per capita similar à nossa, sugerindo relevância de má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional*” (BARROS, HENRIQUE, MENDONÇA, 2000, p. 127).

⁵ Ricardo Paes Barros, Ricardo Henrique e Rosane Mendonça (2000), aduzem que o Brasil não se trata de país pobre, mas sim de um país com muitos pobres, onde os recursos são mal distribuídos, que se concentram nas mãos de poucos, enquanto a maioria detém o mínimo possível, inclusive de acesso a bens e serviços públicos enquanto responsabilidade do Estado.

⁶ Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, o Coeficiente de Gini é expresso em pontos percentuais, analisando uma escala numérica entre 0 e 1, onde o número 0 corresponde a igualdade plena enquanto o número 1 corresponderia a total desigualdade (SANTOS; SILVA, 2019).

o rendimento dos mais ricos e dos mais pobres, expondo, com isso, a desigualdade de renda que permeia uma região (CAMPELLO ET AL, 2018).

De fato, discutir a desigualdade é, primeiramente, analisar a questão da concentração de renda em um país. Contudo, isso não é o único fator, pois é preciso levar em consideração a assimetria em relação ao acesso a bens e serviços públicos, bem como que há uma grande parcela populacional vivendo a margem da sociedade, sem sequer ter a cesso ao necessário para suprir o mínimo para sobreviver, vivendo uma verdadeira indignidade.

A dificuldade de acesso aos serviços básicos de água, energia, educação, saúde etc.; e a bens de consumo essenciais, tais como geladeira, telefone, cama, dentre outros; são quesitos relacionados com a forma como a desigualdade acomete uma região. Inclusive, essa limitação aos mais pobres, por vezes, implica em uma dificuldade para o seu desenvolvimento, no sentido de alcançar uma vida mais signa e segura.

Nesse sentido, dependendo da estrutura político administrativa da região e da economia de produção existente, diferentes condições sociais podem se potencializar na realidade daquela sociedade, prejudicando, cada vez mais, as chances de o país reverter esse quadro. No Brasil, por exemplo, local em que a desigualdade é algo estrutural, é difícil mudar essa realidade, motivo pelo qual é necessário que os sistemas de proteção social se organizem e se articulem de forma a proporcionar o enfrentamento da pobreza.

Contudo, mudar a situação de pobreza e vulnerabilidades na qual se encontra o local, principalmente se historicamente instituídas, não é algo fácil e de resolução imediata, carecendo de um processo complexo e multifatorial, que abarca aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos ao mesmo tempo. Dessa forma, é preciso um planejamento de políticas estruturantes integrativas, que visem melhorar o quadro do país em médio ou longo prazo, dada a impossibilidade de conseguir esse efeito em curto prazo.

Com base no exposto, e sabendo que a desigualdade social se trata de fenômeno multidimensional e relacional, comentaremos acerca dos principais aspectos da desigualdade no país e, ao final, sobre a melhor forma que o Brasil poderia atuar no sentido de diminuir o nível da desigualdade e seus efeitos no país.

A desigualdade social no cenário brasileiro

No complexo mundo que hodiernamente se vive, permeado de diferenças, e repleto de grupos sociais que se consideram superiores e, assim, inferiorizam e subalternizam os demais,

é preciso analisar e entender as discussões que vêm sendo propostas por intelectuais em relação às influências no período colonial na atualidade, mormente no que diz respeito a perpetuação da desigualdade social em certos países (ASSIS; SOUZA, 2018).

O fenômeno da desigualdade no Brasil tem raízes multifatoriais, sendo a história e a cultura, os principais fatores envolvidos nesse processo. Segundo Márcio Pochmann (2015, p. 33), a má distribuição de renda e riqueza no país é algo antigo, que vem se consolidando com o passar dos anos, de modo que, já no período colonial, apenas 10% da população era responsável por consumir 2/3 da riqueza existentes à época.

Outrossim, o país foi acometido pelas consequências do mundo globalizado, o que o fez adentrar nessa luta no sentido de se adaptar as transformações que aprofundaram as diferenças existentes no, aumentando a concentração da riqueza e causando um maior empobrecimento da população.

Isso ensejou o aumento do desemprego devido as novas formas de organização e estruturação, que modificaram os vínculos trabalhistas, tornando-os flexíveis e precários. Ainda, dificultou o acesso da população pobre aos serviços públicos essenciais e a aquisição de bens de consumo básicos. Nota-se, então, que houve uma redução das responsabilidades do Estado com a população, mormente em relação a seguridade social e seus direitos sociais (OLIVEIRA, 2012).

Como é sabido, a desigualdade se trata de processo que permeia a sociedade atingindo todos os seres humanos que dela fazem parte, independente da região que habitam (SANTOS; SOUZA; VICENTE, 2019), podendo beneficiar ou prejudicar o sujeito a depender da classe social a qual pertence. Em certos países, a desigualdade incide de forma mais densa e corriqueira, elevando de forma desmedida a pobreza e ocasionando o aumento da violência no local. Nessas nações, em regra, as políticas públicas existentes não são suficientes para proteger a sociedade das consequências da desigualdade, não sendo capazes, dessa forma de proporcionar qualidade de vida e bem-estar para todos.

A desigualdade pode se dar por diversos fatores, dentre os quais citamos questões: econômicas, de raça e de gênero. No Brasil, todos esses itens incidem, sendo a concentração de renda a mais cruel, uma vez que ela estratifica a sociedade, dificulta o acesso dos sujeitos aos serviços públicos, impede que ele adquira bens de consumo essenciais, assim como

prejudica a sua educação, uma vez que são compelidos a se sujeitarem ao sistema público de ensino⁷.

Nesse sentido, pode-se notar que é quase um “ciclo vicioso”, uma vez que a ausência de condições financeiras, em regra, impede que as pessoas tenham acesso a um ensino de qualidade, o que prejudica que esta obtenha uma qualificação profissional adequada e, no final, encontra dificuldades de se encaixar no mercado de trabalho. Em razão disso, boa parte dessa população permanece desempregada ou se encaixam em atividades de baixa renda, motivo pelo qual não conseguem sair da situação de pobreza, e, ao terem filhos, eles serão submetidos ao mesmo ciclo⁸.

Diferente do que usualmente é interpretado, a desigualdade pode estar presente em todos os tipos de nação, seja ela muito rico ou pobre, desenvolvida ou não. Isso se justifica, porque a desigualdade não é causada por esses fatores, estando, na verdade, correlacionada a alguma desregulagem na distribuição sobre o que se está analisando. Felipe Pedroso dos Santos e Daisy Rafaela da Silva (2019, p. 04), exemplificam:

Pensemos em um primeiro momento em uma determinada comunidade A, que possui um custo de vida que gira em torno de R\$ 1.900. Os indivíduos que ali vivem, possuem um alto nível de escolaridade, bons empregos e altas remunerações. Suponhamos que 75% da comunidade ganhe 10 mil reais, enquanto o restante ganha 40 mil reais. Ora, tem-se ali um grande desequilíbrio econômico, onde 1/4 do grupo ganha 4 vezes mais do que o restante. Há, portanto, uma desigualdade, mas não uma população pobre.

Agora, imaginemos a comunidade B, onde agora o custo de vida é aproximadamente R\$ 800. Ela é um pouco menos desenvolvida que a comunidade A, onde parcela significativa da população não tenha escolaridade completa e não impere o pleno emprego. Nessa comunidade 50% dos que ali vivem têm salários na casa dos R\$ 1.000, enquanto 30% ganham uma renda de aproximadamente R\$ 400 e 10% recebem salários em torno de R\$ 28.000. Os 10% restante não possuem emprego. Neste caso temos uma desigualdade dramática, onde os 10% dos que mais ganham, possuem uma renda 23,3 vezes maior quando comparada com a parte mais pobre, isto é, aquela que recebe R\$ 400. Portanto, temos na comunidade B uma desigualdade social e econômica, além de uma pobreza que afeta cerca 10% dos indivíduos.

A má da distribuição de renda, é o principal fator do desencadeamento da desigualdade em uma região. No Brasil, ela se soma a outros fatores, que, inclusive,

⁷ Para Ana Maria Eyng, Maria Lourdes Gisi, Romilda Teodora (2009, p.479), “a escola tem muita dificuldade em lidar com as diferenças, uma vez que a formação, de modo geral, tem sido homogeneizante no que diz respeito à figura do aluno, da aluna, assim, quando estes não correspondem a esta fôrmula, o professor sente-se impotente ao lidar com a situação”.

⁸ Cabe comentar que, segundo dados apresentados pelo IBGE em 2017, desde 2015 se observa um acelerado crescimento do nível de pobreza, sendo isso um reflexo da diminuição da renda, do poder de compra, bem como do aumento do desemprego no país, que subiu para 11,8% em 2016 e 12,3% em 2017 (SANTOS; SILVA, 2019).

colaboram para a sua perpetuação. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas adequadas e suficientes, bem como a insuficiência de investimentos na educação, saúde e moradia, são apontados como sendo os principais óbices a diminuição dessa desigualdade e suas consequências no país.

O direito à uma vida digna, com as mínimas condições para que o sujeito possa viver com dignidade, é um direito presente na Constituição brasileira. Nesse sentido, devem existir políticas públicas capazes de efetivá-lo, uma vez que garantir aos direitos e garantias fundamentais é o sustentáculo do respeito à dignidade humana⁹.

Deve-se ressaltar que apenas o respeito os direitos fundamentais, não tem poder de modificar a desigualdade que impera no cenário brasileiro (SOUZA; SILVA, 2019). No entanto, tem a implementação de políticas públicas eficientes tem sido considerado o primeiro passo no sentido da diminuição da desigualdade social no país.

Com base nisso, a literatura tem apontado a aplicação de políticas públicas estruturantes e sistematizadas, como forma de melhorar o cenário da desigualdade do país. Para tanto, o Estado precisa atuar de forma mais ativa e energética, assumindo seu papel de garantidor e efetivador dos direitos dos indivíduos, visando salvar a população desse retrocesso social que tem acometido a população cada vez mais na contemporaneidade.

Possível solução

Frente a forma como a desigualdade incide no Brasil, causando um cenário assustados de concentração de renda e alto contingente de pessoas à margem da pobreza, nota-se a urgência de se atuar em prol de modificar essa realidade.

As consequências da desigualdade social podem ser facilmente presenciadas no Brasil, onde existem poucas pessoas com muito poder aquisitivo, e muitas com pouca condição, sem facilidade de acesso aos serviços públicos e que vivem sem qualidade e sem dignidade alguma.

A desigualdade brasileira é essencialmente histórica e cultural, o que enraíza fortemente esse fenômeno na sociedade, uma vez que não é possível apagar o legado cultural,

⁹ Como conquista histórica da maior relevância, firmou-se a concepção de que o ser humano, para que tenha a vida digna assegurada, necessariamente deve ter garantidos não apenas os direitos individuais, civis e políticos, mas também aqueles voltados às esferas social, econômica, cultural e de solidariedade. O Estado Democrático de Direito, desse modo, não mais se contenta com a democracia no plano estritamente político e governamental, exigindo a sua ampliação e consolidação em todas as demais esferas da sociedade civil (GARCIA, 2016).

tampouco o passado de uma nação. Em razão disso, é essencial que se enfrente a realidade social, a instabilidade de suas instituições e impactos proveniente dessa desigualdade no país. Para tanto, o governo precisa investir na modificação do comportamento historicamente traçado, seja por influência cultural, política ou econômica, que tem interferido negativamente na sociedade brasileira (GODINHO, 2011).

De vários aspectos, a literatura tem apontado que o combate à pobreza é o principal, sendo ela a origem de vários outros fatores decorrentes da desigualdade, tais como: má qualidade de vida e dificuldade de acesso a serviços básicos ou bens de consumo essenciais. Ou seja, a pobreza está restrita a insuficiência de renda ou de recursos financeiros para adquirir bens, também possuindo relação com a condição social do sujeito em relação ao acesso a bens e serviços públicos, tais como educação de qualidade, sistema de saúde, moradia adequada, água potável, sistema de coleta de lixo, saneamento básico, segurança, cultura, lazer, dentre outros; que são todos direitos constitucionalmente garantidos (GODINHO, 2011).

A ampliação da renda é apontada como uma forma de redução da pobreza, pois ela é capaz de conferir mais direitos, mais acesso, mais oportunidade de consumo. Nesse diapasão, uma política de valorização do salário-mínimo; o aumento da formalização do trabalhador; e a criação de novas oportunidades de empregos, são formas úteis de reduzir a concentração de renda e, conseqüentemente diminuir o percentual da pobreza no país (CAMPELLO ET AL, 2018).

Além disso, alguns investimentos em políticas públicas sociais são apontados como importantes para a diminuição da pobreza, tais como o investimento: em casas populares; equipamentos sociais, ampliação do acesso à aposentadoria; e no aumento de benefícios de assistência e do Bolsa Família (CAMPELLO ET AL, 2018).

Igualmente é considerado importante o investimento na melhoria da infraestrutura das periferias e dos bairros operários e do campo, melhorando o sistema de água, saneamento básico e distribuição de energia elétrica. Por fim, aponta-se que é importante prezar pela diminuição das iniquidades no tocante a educação¹⁰, saúde e assistência social, como um todo,

¹⁰ Sobre esse aspecto Marcelo Medeiro, Rogério Barbosa e Flavio Carvalhaes (2019, p. 27), afirmam que “*Em geral, a desigualdade cai quando há melhoras educacionais. É a magnitude dos efeitos que merece mais destaque. Se o Brasil tivesse efetuado a reforma que desenhamos em 1994, assegurando que todos os estudantes com idades até 10 anos naquele momento saíssem do sistema com, no mínimo, o ensino médio completo e talvez até com alguma formação superior, a desigualdade em 2010, conforme medida por Gini, seria de 98% daquilo que foi efetivamente observado. Em outras palavras, a redução seria de apenas 2%*”.

pois isso tem a capacidade de colocar mais jovens nas escolas e universidades e de diminuir a mortalidade (CAMPELLO ET AL, 2018).

A presença do governo público trabalhando em políticas públicas no sentido de diminuir os fatores de desigualdade, de forma organizada e sistematizada, confere a mais segurança aos cidadãos, pois diminui neles o sentimento de incerteza e os devolve a esperança de possuir uma vida digna (SANTOS; SOUZA; VICENTE, 2019).

Como combater a desigualdade é algo complexo e multifatorial, e que carece, sobretudo, de tempo, configura um grande desafio a ser combatido pelo país. Para que isso seja possível, a elaboração e implementação de políticas públicas sociais se faz necessário, que devem ser estruturantes e interligadas as políticas de proteção social, visando a ampliação da igualdade e da inclusão social, contribuindo, assim, de forma efetiva para a diminuição da desigualdade no Brasil.

Considerações finais

A desigualdade trata-se de problema social vivenciado pela sociedade brasileira de forma habitual, desde o período colonial. Assim, caracteriza-se como desafio histórico e cultural de luta contra a concentração de renda, extrema pobreza, dificuldade de acesso a bens e serviços, dentre outros. Nesse meio, as políticas sociais hodiernamente praticadas, sem qualquer inovação, têm apenas serviço para a desaceleração do crescimento dessa contínua desigualdade que acomete o país, mas sem, no entanto, trazer grandes frutos.

A desigualdade social atinge boa parcela da sociedade brasileira, sendo recorrentemente relacionada com a má distribuição de renda, que ocasionada a concentração de renda nas mãos de poucos. Além de colocar grande quantitativo dos cidadãos em situação de pobreza, tem dado causa ao aumento da violência, bem como ao sofrimento decorrente do descaso e sensação de tratamento desigual dessa população.

Reduzir as desigualdades é uma forma de lutar em prol da emancipação e da liberdade dos indivíduos, pois se trata de forma de permitir que todos tenham acesso aos mesmos direitos e, assim, de redução de injustiças sociais. A desigualdade social se trata de fenômeno passível de combate, sendo necessário uma luta coletiva e democrática contra os privilégios historicamente perpetuados pelas elites.

Discutir problemas sociais é, sem dúvidas, é pensar na melhor forma de tratar de situações que atingem maior parte da população. Assim, significa observar a parcela carente de socorro, lutar pela garantia dos direitos de todos, para que ninguém fique em situação de esquecimento. Nesse diapasão, acreditamos que é importante levar em consideração um viés mais humanizado para fins de analisar as desigualdades do país, adicionando empatia ao debate, bem como estimulando uma visão crítica que considere que as privações de direitos e a ausência de políticas públicas nesse sentido, impedem a diminuição das desigualdades.

Outrossim, não é possível a elaboração de políticas sociais desconexas do contexto na qual se encontram. Dessa forma, no Brasil, é preciso levar em consideração a pobreza e o alto contingente de desigualdades sociais que permeiam a sociedade. Outrossim, conhecer as particularidades desse fenômeno complexo, colabora do sentido de revelar a dimensão do trabalho a ser executado, bem como o melhor caminho a ser seguido, para que assim seja possível criar e implementar políticas públicas eficazes.

Nesse sentido, a criação de políticas públicas precisam observar dois importantes aspectos: (i) devem ser estratégicas, para que não tendam a inibir o crescimento econômico; e (ii) devem visar propiciar a inclusão social dos vulneráveis, seja por intermédio do acesso ao trabalho, com o aumento da oferta de empregos; seja proporcionando um ensino de qualidade, para que se tornem indivíduos profissionalmente mais competitivos no mercado de trabalho; com programas pró moradia, para que tenham dignidade de vida, dentre outros, com a finalidade final de proporcionar o desenvolvimento social, a isonomia, bem como a diminuição da pobreza.

Sendo assim, o enfrentamento desta realidade social, que foi, sobretudo, historicamente e culturalmente constituída, implica em elaborar políticas públicas estruturantes, que sejam capazes de atuar de forma articulada, como objetivo final de proporcionar a ampliação do acesso dos cidadãos aos diversos direitos legalmente postos que visem proporcionar o mínimo de qualidade de vida para os sujeitos.

Com base no exposto, nota-se que é importante que o Estado busque proporcionar o mínimo existencial, com a oferta de programas sociais que o garanta. Ademais, deve fiscalizá-los, e, ainda, incentivar o cadastramento de sujeitos que necessitam de apoio. Nesse cenário, acreditamos que é de grande valia lutar contra a concentração de renda, investir em programas de moradia, saneamento básico, na ampliação e alcance dos serviços públicos, bem como melhorar a educação pública. Deve-se ressaltar, por fim, que um cidadão devidamente

educado e consciente de seu papel social, é requisito essencial para que uma sociedade se desenvolva de forma eficiente.

Referências

ASSIS, Washington Luiz dos Santos; SOUZA, Sergio Luiz de. Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. **Simbiótica**, v.6, n.1, jan/jun, 2019.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUE, Ricardo e MENDONCA, Rosane. Desigualdades e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável, **Revista brasileira de ciências sociais**, v.15, n.42, p.123-142, 2000.

EYNG, Ana Maria.; GISI, Maria Lourdes.; ENS, Romilda Teodora. Violência nas escolas e representações sociais. **Revista diálogo educacional**, v.9, n.28, 2009.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica/ HOEWELL. Rodrigues Gabriel Rizzo Hoewell. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde debate**, v.42, n.3, 2018.

GARCIA, Filipe Barbosa. Direitos sociais como exigência para dignidade da pessoa humana. *Revista Consultor Jurídico*, 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-fev-24/direitos-sociais-exigencia-dignidade-pessoa-humana>>. Acesso em: 26/10/219.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. **Anais do I Circuito de debates acadêmicos**. Ipea, Code, 2011.

GOMES, Marcilene Pelegrine; DUARTE, Aldimar Jacinto. Desigualdade social e o direito à educação no Brasil: reflexões a partir da reforma do ensino médio. **Revista da Faculdade de Educação da UFG**, v. 44, n.1, 2019.

GOMES, Vanessa S. **A desigualdade socioeconômica no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://saberesrebelde.wordpress.com/2015/01/10/a-desigualdade-socioeconomica-no-brasil/>>. Acesso em: 26/10/219.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogério J; CARVALHAES, Flavio. **Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil**. IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34574>. Acesso em: 26/10/219.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: MDS/SNAS, 2010.

OLIVEIRA, Aloídes Souza. Famílias: Um desafio para os assistentes sociais. **Web artigos**. 2012. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/familia-um-desafio-para-os-assistentes-sociais/86844>>. Acesso em: 26/10/219.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. O processo “barbarizador”: reflexões sobre a desigualdade e a violência urbanas no Brasil. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, 2004.

POCHAMANN, Márcio. **Desigualdade Econômica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

SANTOS, Felipe Pedroso dos; SILVA, Daisy Rafaela da. Desigualdade, pobreza e os desafios para efetivação das políticas públicas no Brasil. **XVI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. XII Mostra Internacional de Trabalhos Científicos. 2019.

SANTOS, Veridiana Santana; SANTOS, Maria Helena Alves dos; VICENTE, Kyldes Batista. As desigualdades socioeconômicas e a propagação da violência urbana. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.7, 2019.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore, BOGUS, Lucia e YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.) **Desigualdade e Questão social**. 3ª. ed, São Paulo: EDUC, 2008.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

MACEDO, Aurea Conceição Bastos Donato; PINHEIRO, Maria Lenice Batista; FARIAS, Athena de Albuquerque Farias. Brasil: um País Desigual . **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2021, vol.15, n.58, p. 313-323, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 30/10/2021;

Aceito 05/11/2021;

Publicado em: 30/12/2021.